



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CÍVEL**  
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

### SENTENÇA

Processo Físico nº: **0005420-83.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Monitória - Contratos Bancários**  
 Requerente: **Banco Santander Sa**  
 Requerido: **Rubens Augusto de Oliveira Me**

**BANCO SANTANDER S. A.** ajuizou ação monitória contra **RUBENS AUGUSTO DE OLIVEIRA ME.GILEADE PEREIRA FREITAS**, dizendo-se credor da importância de R\$ 63.242,47, atinente ao saldo devedor de contrato de abertura de conta, com limite de crédito e contratação de produtos e serviços bancários.

Citado, o réu opôs embargos ao mandado, arguindo, preliminarmente, carência de ação e ausência de prévia constituição em mora. Quanto ao mérito, aduziu haver excesso de cobrança, haja vista a incidência de encargos abusivos, juros superiores ao limite legal e prática ilegal de capitalização.

Manifestou-se o autor, repelindo tais teses.

Por determinação deste juízo, o autor prestou informação a respeito de aspectos da evolução do saldo devedor contratual, manifestando-se o réu.

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

Aplicar ou não o Código de Defesa do Consumidor, nada altera na solução da lide.

Cuida-se de contrato de abertura de crédito em conta corrente, relação jurídica não contestada.

O contrato está instruído por extrato de movimentação da conta ao longo do tempo, inexistindo impugnação específica sobre qualquer lançamento a débito ou a crédito, senão quanto aos encargos cobrados. Destarte, a relação jurídica atende aos requisitos da ação monitória, previstos no artigo 1.102-C do Código de Processo Civil, porquanto demonstrada a relação contratual e, com base, a relação jurídica de débito e crédito, nada importando a controvérsia estabelecida pelo réu, que se presta apenas a postergar a constituição do título executivo. Significa dizer que não há necessidade de que o crédito apontado seja absolutamente inquestionável, importa é constatar a relação jurídica que o ampara. Não há título executivo, mas há documento capaz de sustentar pedido monitório.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CÍVEL**  
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

O réu incidiu em mora a partir do momento em que, vencido o contrato, deixou a conta sem provisão de fundos para atender o saldo devedor, aplicando-se cláusulas contratuais com previsão de vencimento, inexistindo regra legal exigente de prévia notificação formal, muito menos o protesto de algum título com base no contrato.

Por determinação deste juízo o réu apresentou planilha identificando os juros praticados ao longo do tempo, até formação do saldo devedor ora em cobrança, conforme se verifica a fls. 428/465. Tais juros ficaram entre 8,50% e 14,06% ao mês.

Não há prova documental, a cargo do autor, da contratação de juros nos patamares informados nessas planilhas.

Não há demonstração, a cargo do autor, de que tais juros são compatíveis com as taxas médias de mercado, divulgadas pelo Banco Central.

Por determinação deste juízo a autora trouxe para os autos cópia dos extratos de movimentação da conta, desde o início, inexistindo impugnação específica sobre qualquer lançamento levado a crédito ou a débito na conta, pelo que se tem por incontroversos.

Não se sustenta, é certo, a pretensão do embargante, à incidência de juros remuneratórios de apenas 1% ao mês.

A norma do § 3º do artigo 192 da Constituição Federal, revogada pela EC 40/2003, que limitava a taxa de juros reais a 12% ao ano, tinha sua aplicabilidade condicionada à edição de lei complementar (STF, Súmula nº 648).

As disposições do Decreto nº 22.626/33 não se aplicam às taxas de juros e aos outros encargos cobrados nas operações realizadas por instituições públicas ou privadas, que integram o sistema financeiro nacional. (STF, Súmula 596).

O Superior Tribunal de Justiça tem entendimento assente no sentido de que, com a edição da Lei nº 4.595/64, não se aplicam as limitações fixadas pelo Decreto 22.626/33, quanto à taxa de juros remuneratórios em 12% ao ano, aos contratos celebrados com instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, ut súmula 596/STF, salvo nas hipóteses previstas em legislação específica. Confirmam-se, a propósito, os seguintes precedentes: Resp 436.191/RS, Rel. Min. Aldir Passarinho, in DJ 24.03.2003; Resp 436.214/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, in DJ 18.12.2002 e Resp 324.813/RS, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, in DJ 25.03.2002.

Mas justifica-se a limitação à taxa média de juros.

Tomo por referência do precedente do TJSP, Apelação nº 0005772-87.2007.8.26.0360, Rel. Des. Sebastião Junqueira, j. 29.07.2013:

*Quanto ao limite dos juros cobrados, como não se observa a demonstração dos índices dos juros aplicados ao contrato e sua regular contratação, tampouco pactuados os demais acréscimos, e considerando o pronunciamento do E. Superior Tribunal de Justiça, que já tem reconhecido a questão como repetitiva, julgamento dos recursos especiais 1.112.879-*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CÍVEL**  
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

*PR e 1.112.880-PR, cujo recurso limitou os juros remuneratórios à taxa média de mercado nas operações da espécie, divulgadas pelo Banco Central, na ausência de previsão expressa em contrato. A questão comporta ressalva pelo tribunal superior, no sentido de que será permitida a cobrança da taxa praticada pelo banco, caso esta seja mais favorável ao cliente.*

*Assim, de acordo com o posicionamento firmado pelo E. STJ, este revisor passar adotar o entendimento de que, na ausência de fixação da taxa de juros no contrato, estes devem ser limitados à média de mercado nas operações da espécie, de acordo com os índices estipulados pelo Banco Central; exceto se a taxa cobrada pela instituição financeira for mais vantajosa para seu cliente; o que deverá ser apurado em liquidação de sentença.*

*Neste sentido:*

**“BANCÁRIO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CLÁUSULAS DE CONTRATO BANCÁRIO. INCIDENTE DE PROCESSO REPETITIVO. JUROS REMUNERATÓRIOS. CONTRATO QUE NÃO PREVÊ O PERCENTUAL DE JUROS REMUNERATÓRIOS A SER OBSERVADO.**

**I - JULGAMENTO DAS QUESTÕES IDÊNTICAS QUE CARACTERIZAM A MULTIPLICIDADE. ORIENTAÇÃO - JUROS REMUNERATÓRIOS.**

*1 - Nos contratos de mútuo em que a disponibilização do capital é imediata, o montante dos juros remuneratórios praticados deve ser consignado no respectivo instrumento. Ausente a fixação da taxa no contrato, o juiz deve limitar os juros à média de mercado nas operações da espécie, divulgada pelo BACEN, salvo se a taxa cobrada for mais vantajosa para o cliente.*

*2 - Em qualquer hipótese, é possível a correção para a taxa média se for verificada abusividade nos juros remuneratórios praticados.*

**II - JULGAMENTO DO RECURSO REPRESENTATIVO;**

*- Consignada, no acórdão recorrido, a abusividade na cobrança da taxa de juros, impõe-se a adoção da taxa média de mercado, nos termos do entendimento consolidado neste julgamento.*

*- Nos contratos de mútuo bancário, celebrados após a edição da MP nº 1.963-17/00 (reeditada sob o nº 2.170-36/01), admite-se a capitalização mensal de juros, desde que expressamente pactuada.*

*Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido. Ônus sucumbenciais redistribuídos.” (REsp nº 1.112.879-PR [2009/0015831-8], Segunda Seção, Relatora Ministra Nancy Andrighi, julg. 12.05.2010, DJ 19.05.2010).*

*Idem: REsp nº 1.112.880-PR [2009/0015834-3], Segunda Seção, Relatora Ministra Nancy Andrighi, julg. 12.05.2010, DJ 19.05.2010.*

*Outrossim, além dos juros remuneratórios nos moldes do acima exposto, podem ser cobrados os juros moratórios, porque da essência dos contratos bancários e de*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CÍVEL**  
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

*financiamentos em geral.*

Malgrado opiniões em sentido contrário, o sistema utilizado na manutenção da conta importa capitalização mensal de juros, pois os juros não pagos em um mês são adicionados ao capital e sobre ele incidem juros no período subsequente. No entanto, não há cláusula específica no contrato autorizando a capitalização de juros em periodicidade inferior à anual.

Deveria existir cláusula expressa. Mas não há. Ao menos não está claramente identificada.

Seria lícita a previsão, consoante a jurisprudência referendada pelo Superior Tribunal de Justiça, em Recurso Repetitivo:

**CIVIL E PROCESSUAL. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. AÇÕES REVISIONAL E DE BUSCA E APREENSÃO CONVERTIDA EM DEPÓSITO. CONTRATO DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. JUROS COMPOSTOS. DECRETO 22.626/1933 MEDIDA PROVISÓRIA 2.170-36/2001. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. MORA. CARACTERIZAÇÃO.**

1. A capitalização de juros vedada pelo Decreto 22.626/1933 (Lei de Usura) em intervalo inferior a um ano e permitida pela Medida Provisória 2.170-36/2001, desde que expressamente pactuada, tem por pressuposto a circunstância de os juros devidos e já vencidos serem, periodicamente, incorporados ao valor principal. Os juros não pagos são incorporados ao capital e sobre eles passam a incidir novos juros.

2. Por outro lado, há os conceitos abstratos, de matemática financeira, de "taxa de juros simples" e "taxa de juros compostos", métodos usados na formação da taxa de juros contratada, prévios ao início do cumprimento do contrato. A mera circunstância de estar pactuada taxa efetiva e taxa nominal de juros não implica capitalização de juros, mas apenas processo de formação da taxa de juros pelo método composto, o que não é proibido pelo Decreto 22.626/1933.

3. Teses para os efeitos do art. 543-C do CPC: - "É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31.3.2000, data da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17/2000 (em vigor como MP 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada." - "A capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual deve vir pactuada de forma expressa e clara. A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada".

4. Segundo o entendimento pacificado na 2ª Seção, a comissão de permanência não pode ser cumulada com quaisquer outros encargos remuneratórios ou moratórios.

5. É lícita a cobrança dos encargos da mora quando caracterizado o estado de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CÍVEL**  
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

inadimplência, que decorre da falta de demonstração da abusividade das cláusulas contratuais questionadas.

6. Recurso especial conhecido em parte e, nessa extensão, provido.

(REsp 973.827/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Rel. p/ Acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 08/08/2012, DJe 24/09/2012)

Não há pedido de incidência de comissão de permanência.

Responderá o réu por 75% das custas processuais, haja vista sua derrota na causa, enquanto os honorários advocatícios serão compensados, na medida do sucumbimento de cada parte.

#### HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - Compensação.

Trata-se de recurso especial com questão acessória relativa à compensação dos honorários advocatícios em que os autos foram remetidos pela Terceira Turma à Corte Especial, em virtude de divergências entre a Terceira e a Quarta Turmas. Posteriormente, a Segunda Seção, em outro processo, pacificou o tema da compensação dos honorários na medida em que o artigo 21 do CPC não foi revogado pelo novo Estatuto dos Advogados. Mas, como este processo já se encontrava na Corte Especial, entendeu a Terceira Turma que deveria prosseguir o julgamento por se tratar de matéria de interesse de todas as Turmas. Prosseguindo o julgamento, a Corte Especial, por maioria, entendeu que, feita a compensação, quando houver sucumbência recíproca, desde que haja saldo, o advogado, cujo cliente foi beneficiado por esse saldo, tem direito autônomo para executá-lo. Porquanto o artigo 23 da Lei n. 8.906/94 não revogou o artigo 21 do CPC.

Diante do exposto, **acolho em parte o pedido monitório**, relativamente à obrigação do réu, de pagar para o autora o saldo devedor da conta bancária, mediante aplicação de juros remuneratórios à taxa média de mercado nas operações da espécie, divulgadas pelo Banco Central, admitida a capitalização apenas em periodicidade anual, correção monetária e juros moratórios, conforme se apurar por cálculo aritmético.

Responderá o réu embargante por 75% das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso (suspensa a execução, nos termos do art. 12 da Lei 1.060/50), e pelos honorários advocatícios do patrono do autor, fixados em 10% do valor da dívida, compensada com a incidência de honorários advocatícios de 10% sobre o valor da diferença excluída da cobrança (diferença entre o valor do saldo devedor decorrente do critério ora estabelecido e aquele apontado na petição inicial).

P.R.I.C.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CÍVEL**  
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

São Carlos, 28 de abril de 2014.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**